



Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Associados, Conselheiros e Administradores da
Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 9 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.992	3.381	Fornecedores		469	570
Recursos vinculados a projetos	5	2.038	1.766	Férias e encargos	10	376	291
Contas a receber	6	1.294	1.153	Impostos a recolher		3	3
Estoques		641	496	Adiantamento para projetos sociais	11	2.038	1.766
Outros créditos	7	1.561	1.336	Outras contas a pagar		<u>85</u>	<u>54</u>
Impostos a recuperar	8	255	255	Total do Passivo Circulante		<u>2.971</u>	<u>2.684</u>
Despesas antecipadas		<u>6</u>	<u>4</u>				
Total do ativo circulante		<u>8.787</u>	<u>8.391</u>	Não circulante			
				Provisão para contingências	12	<u>10</u>	<u>62</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido	13		
Depósitos judiciais		5	72	Patrimônio social		7.371	7.529
Imobilizado	9	1.642	1.622	Superávit (Déficit) acumulado		<u>114</u>	<u>(158)</u>
Intangível		<u>32</u>	<u>32</u>			<u>7.485</u>	<u>7.371</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.679</u>	<u>1.726</u>				
Total do ativo		<u><u>10.466</u></u>	<u><u>10.117</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>10.466</u></u>	<u><u>10.117</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Contribuições e doações	17	3.851	3.227
Projetos incentivados	19	2.574	2.317
Valorização de produtos e serviços pro-bono		<u>67</u>	<u>-</u>
		6.492	5.544
Venda de produtos	18	2.270	1.965
Custo dos produtos vendidos	20	<u>(1.415)</u>	<u>(1.174)</u>
		855	791
Resultado bruto		<u>7.347</u>	<u>6.335</u>
Ações de filantropia - programas sociais	15	(5.031)	(5.024)
Administrativas	22	(823)	(808)
Despesas com mobilização de recursos	21	(831)	(533)
Despesas com vendas de produtos	23	(658)	(490)
Depreciação e amortização		(137)	(119)
Valorização de produtos e serviços pro-bono		(67)	-
Outras receitas operacionais		<u>116</u>	<u>63</u>
Déficit antes das receitas financeiras líquidas		(84)	(576)
Receitas financeiras		255	460
Despesas financeiras		<u>(58)</u>	<u>(42)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>198</u>	<u>418</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>114</u>	<u>(158)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Superávit (déficit) do exercício	<u>114</u>	<u>(158)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>114</u></u>	<u><u>(158)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficit) superávit acumulado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	7.496	33	7.529
Transferência para patrimônio social	33	(33)	-
Déficit do exercício	-	(158)	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>7.529</u>	<u>(158)</u>	<u>7.371</u>
Transferência para patrimônio social	(158)	158	-
Superávit do exercício	-	114	114
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>7.371</u>	<u>114</u>	<u>7.485</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Periodos de 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>114</u>	<u>(158)</u>
Ajustes		
Depreciação e amortização	137	119
Resultado na venda de ativo imobilizado	18	2
Provisão para contingência	<u>(52)</u>	<u>(5)</u>
	217	(42)
(Aumento) redução em ativos		
Contas a receber	(272)	(405)
Estoques	(141)	17
Outros créditos	(145)	(163)
Despesas antecipadas	(225)	(1.027)
Depósitos judiciais	(2)	1
Aumento (redução) em passivos	67	(58)
Fornecedores	(101)	101
Salários, férias e encargos	85	27
Adiantamento para projetos	273	408
Outras contas a pagar	31	(9)
Impostos a recolher	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(214)</u>	<u>(1.151)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(175)</u>	<u>(96)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividade de investimentos	<u>(175)</u>	<u>(96)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(389)</u>	<u>(1.247)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.381	4.628
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.992</u>	<u>3.381</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(389)</u>	<u>(1.247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo foi constituída em 1967. É uma pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente, sem fins econômicos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação a raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza. Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas educacionais, sociais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, à instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário e à empresas privadas e outras instituições voltadas para o desenvolvimento comunitário sustentável. Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades.

É reconhecida como entidade de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal.

O artigo nº 150 da Constituição Federal garante à Entidade a imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) de acordo com normas, orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis especialmente a Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho fiscal da Entidade em 9 de abril de 2013.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o

milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 6 - Provisão para créditos duvidosos
- Nota nº 12 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento

inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

iii. *Gerenciamento do risco financeiro*

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter a desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na Nota Explicativa 24.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

• Edifícios	37-59 anos
• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

d. Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

A Entidade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Caso, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida no resultado.

ii. Ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicativo de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

e. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

f. Apuração do superávit

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

O déficit do exercício de 2011 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com a Resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002- Entidade sem fins lucrativos.

i. Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de eventuais impostos, cancelamentos, abatimentos e descontos.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

h. Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se as vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Demais ativos circulante e não circulante

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Adiantamento para projetos sociais

Os adiantamentos são registrados pelos valores recebidos oriundos de projetos incentivados ou doações. A medida que ocorrem os gastos nos respectivos projetos se reconhece a despesa e receita desses projetos.

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Gratuidade

Tendo em vista que a Entidade é uma Entidade filantrópica de direito privado, com fins não econômicos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15.

k. Valorização de produtos e serviços pro-bono

As receitas com trabalhos pro-bono são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos pro-bono são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2012 a Entidade registrou o montante de R\$ 67 referente a trabalhos pro-bono.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	7	4
Bancos conta movimento	22	215
Aplicações financeiras (i)	<u>2.963</u>	<u>3.162</u>
	<u>2.992</u>	<u>3.381</u>

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimento e por Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos prefixados e pós-fixados, remunerados à taxa média de 0,45% a.m., para as taxas prefixadas, e em torno de 1% do CDI, para as pós-fixadas. Os recursos estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha como forma de diminuir os riscos.

5 Recursos vinculados a projetos

	2012	2011
Bancos	1.469	1.260
Aplicações	<u>569</u>	<u>506</u>
	<u>2.038</u>	<u>1.766</u>

Recursos vinculados a projetos que representam os saldos de bancos conta movimento e

aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

As aplicações possuem a mesma natureza e características das descritas na nota 4.

6 Contas a receber

	2012	2011
Venda de produtos no país	1.378	1.203
Provisão para créditos duvidosos	(84)	(50)
Total	<u>1.294</u>	<u>1.153</u>

Movimentação da provisão para créditos duvidosos

	2011	2012	
	Saldo inicial	Formação	Saldo final
Provisão para créditos duvidosos	<u>(50)</u>	<u>(34)</u>	<u>(84)</u>

7 Outros créditos

	2012	2011
Nota fiscal paulista a receber (i)	824	605
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	326	414
Projetos especiais a receber (iii)	105	101
SEMDET a receber (iv)	150	119
Outras	<u>156</u>	<u>97</u>
	<u>1.561</u>	<u>1.336</u>

- (i) Provisão para recebimento dos créditos gerados através do programa nota fiscal paulista. Valor recebido integralmente em abril de 2013.
- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados aos projetos por parte da Ação Comunitária devido a atraso no repasse das verbas da prefeitura. Os valores foram recebidos em fevereiro de 2013.
- (iii) Valores referentes a projetos de marketing relacionados a causa desenvolvidos em parceria com investidores e projetos de assessoria em desenvolvimento comunitário a receber.
- (iv) Refere-se ao valor ainda não recebido do Convenio firmado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho.

8 Impostos a recuperar

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992 a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital contra o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à Fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório.

O montante de R\$ 255 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2012 e 2011 contempla a 9ª e 10ª parcelas que aguardam liberação de pagamento.

9 Imobilizado

Movimentação custo - 2012

	2012			
	2011	Adições	Baixas	2012
Terrenos	136	-	-	136
Edifícios	2.367	-	-	2.367
Móveis e utensílios	159	2	-	161
Maquinas e equipamentos	147	5	-	152
Veículos	183	40	(40)	183
Computadores	237	46	-	283
Instalações	<u>204</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>286</u>
	<u>3.433</u>	<u>175</u>	(40)	<u>3.568</u>

Movimentação depreciação - 2012

	2012			
	2011	Adições	Baixas	2012
Edifícios	(1.296)	(25)	-	(1.321)
Móveis e utensílios	(65)	(15)	-	(80)
Maquinas e equipamentos	(51)	(14)	-	(65)
Veículos	(127)	(18)	10	(136)
Computadores	(146)	(36)	-	(182)
Instalações	<u>(126)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(143)</u>
	<u>(1.811)</u>	<u>(126)</u>	<u>10</u>	<u>(1.927)</u>
Valor contábil	<u>1.622</u>	<u>49</u>	<u>(30)</u>	<u>1.642</u>

Movimentação custo - 2011

	2011			
	2010	Adições	Baixas	2011
Terrenos	136	-	-	136
Edifícios	2.367	-	-	2.367
Móveis e utensílios	157	2	-	159
Maquinas e equipamentos	105	42	-	147
Veículos	143	40	-	183
Computadores	234	7	(4)	237
Instalações	<u>199</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>204</u>
	<u>3.341</u>	<u>96</u>	(4)	<u>3.433</u>

Movimentação depreciação - 2011

	2011			
	2010	Adições	Baixas	2011
Edifícios	(1.305)	9 (*)	-	(1.296)
Móveis e utensílios	(48)	(17)	-	(65)
Maquinas e equipamentos	(35)	(16)	-	(51)
Veículos	(90)	(37)	-	(127)
Computadores	(119)	(29)	2	(146)
Instalações	<u>(107)</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>
	<u>(1.704)</u>	<u>(109)</u>	<u>2</u>	<u>(1.811)</u>
Valor contábil	<u>1.637</u>	<u>(13)</u>	<u>(2)</u>	<u>1.622</u>

(*) A Entidade reconheceu no superávit do exercício de 2011 correção na depreciação de edifícios no montante de R\$ 34.

As vidas úteis utilizadas pela Entidade estão demonstradas na nota explicativa 3.

10 Férias e encargos sociais

	2012	2011
Férias e encargos sociais	297	225
Imposto de renda a recolher	42	27
INSS a recolher	20	15
Rescisão a pagar	12	-
PIS a recolher	5	4
FGTS a recolher	<u>-</u>	<u>20</u>
	<u>376</u>	<u>291</u>

11 Adiantamento para projetos sociais

	2012	2011
Lei Rouanet 2013 (i)	1.239	-
FUMCAD - Geração	502	-
Lei Rouanet 2012 (ii)	200	1.350
FUMCAD - Cultura & Lazer	71	-
FUMCAD - Pingo	26	276
Lei Rouanet 2011	-	79
FUMCAD - Projeto Eu, Tú, Nós	-	4
FUMCAD Assessoria Pedagógica	-	56
FUMCAD - Desenvolvimento	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>2.038</u>	<u>1.766</u>

- (i) Refere-se ao projeto Som Ritmo & Movimento 8ª edição - verba recebida em 2012 para utilização em 2013 e 2014.
- (ii) Refere-se ao projeto Som Ritmo & Movimento 7ª edição - verba recebida em 2011 para utilização em 2012 e 2013.

12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A provisão é de R\$ 10 em 2012 (R\$ 62 em 2011).

Os depósitos judiciais vinculados às contingências, no montante de R\$ 5 em 2012 (R\$ 72 em 2011), estão apresentados no ativo não circulante, a valores históricos.

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela administração como risco de perda possíveis montam R\$ 62 em 2012 e em 2011.

13 Patrimônio líquido

Os superávits da Entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa 1. O patrimônio social acumula valores recebidos de ajustes contábeis e parcelas de superávits/déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da Assembléia Geral dos Associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu Estatuto Social, artigo 10, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de Assistência Social congênere registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

14 Aspectos tributários e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2012. O pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o número 71000.062484/2012-71 em 26/06/2012. Em decorrência, a Ação Comunitária está isenta ou imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. Atualmente, a Entidade vem recolhendo o Programa de Integração Social - PIS calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

A imunidade usufruída da quota patronal no exercício de 2012 monta R\$ 817 (R\$ 728 em 2011).

Em 26 de junho de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome emitiu certidão atestando que a Entidade protocolou pedido de renovação do Certificado Beneficente e de Assistência Social, o qual está em análise.

15 Ações de Filantropia - Programas Sociais - Gratuidade

A Entidade tem no centro de sua missão a inclusão e proteção social por meio de programas socioassistenciais, educacionais, culturais, de esporte e lazer, de preservação ambiental, de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário, para a defesa e garantia de direitos, procurando solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho viabiliza-se no estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações sociais em estreita vinculação com famílias e comunidade, na execução de seus programas.

As ações sociais desenvolvidas são:

- **Programa Crê-Ser** - Tem como princípio básico a complementaridade de propósitos e ações entre família, escola e comunidade.

Seu objetivo é comprometer-se com a educação integral de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, contribuindo para o exercício da cidadania, tornando-os protagonistas de sua história e da vida em comunidade. Os campos do conhecimento desenvolvidos por este programa são: artes, participação na vida pública, cultura, comunicação e raciocínio lógico.

- **Programa Preparação para o Trabalho** - Tem como objetivo o desenvolvimento do jovem como pessoa, profissional e cidadão. Propõe ações educativas que possibilitam o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, para que os jovens reconheçam suas potencialidades e construam seu projeto de vida e atuem de forma protagônica na sociedade. Estruturado em três eixos pedagógicos (Autogestão, Trabalho e Cultural), o Programa dispõe de projetos e estratégias para trabalhar os conteúdos necessários à inserção do jovem no mundo do trabalho. Paralelamente ocorre **Projeto inserção de jovens ao mercado de trabalho** - que tem como objetivo conseguir, através de parcerias com empresas, o maior número possível de vagas para inserir no mercado de trabalho, os jovens formados no Programa Preparação para o

Trabalho. Estes jovens podem ser contratados pelas empresas como: Estagiário, Menor aprendiz, Temporário ou efetivo.

- **Programa Primeira Letras** - Tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos, considerando seus aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sua individualidade, de forma articulada com a família e com a comunidade, através de situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas, enriquecendo o universo informacional, social, cultural e lúdico das crianças.
- **Núcleo Cultura e Lazer (Projeto Som Ritmo & Movimento)** - em parceria com Organizações Sociais, enriquece as atividades desenvolvidas nas Organizações Parceiras nos programas socioassistenciais, ampliando o universo sociocultural de crianças, adolescentes e jovens. Promove atividades sistemáticas nas modalidades de dança, teatro, musicalização, capoeira, artes visuais e plásticas e práticas desportivas. É inteiramente financiado com recursos incentivados pela Lei Rouanet (Ministério da Cultura) e consta, em sua 7ª edição.

Projetos complementares

- **Projeto Cultura e Lazer** - O Projeto tem como objetivo implantar e fomentar arte, cultura e lazer, em 22 organizações sociais de alta vulnerabilidade da zona sul de São Paulo, mais especificamente nas regiões do Campo Limpo, Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Cidade Ademar. A partir das atividades artísticas, pretendemos levar cultura e lazer para jovens, adolescentes e seus familiares, e com isso proporcionar um importante incremento na educação formal e cultural das pessoas contempladas, e principalmente estimular a convivência entre o jovem, a família e a comunidade. Projeto finalizará em maio de 2013.
- **Projeto Geração** - Garantirá a qualificação dos programas socioeducacionais de 21 organizações comunitárias da zona sul de São Paulo, que atendem adolescentes de 11 a 18 anos, favorecendo uma nova geração de ONGs. O projeto fomenta o protagonismo juvenil, promovendo atividades socioeducativas e gincanas sociais que estimulem a atuação autônoma, consciente e saudável do adolescente na comunidade; Apoio pedagógico especializado aos educadores, gestores e líderes comunitários que atuam com esse público; Sistematização e disseminação de metodologias para trabalho com adolescentes e jovens. O projeto será encerrado em junho de 2013.
- **Projeto de "Capacitação Profissional para Jovens"** tem como objetivo desenvolver conhecimentos e atitudes que contribuam para empregabilidade e inclusão social de jovens de 16 a 20 anos, no intuito de ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional. O projeto é desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho - SEMDET. Finalizado em dezembro 2013
- **Projeto Pingo** - Contribui para o desenvolvimento da cidadania e do protagonismo de crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, residentes e estudantes de regiões de alta e média vulnerabilidade, por meio de ferramentas da educomunicação, consistente na concepção de jornais, e na implantação de rádio, Tv e projetos comunitários liderados pelos adolescentes que intervirão nas demandas sociais de sua comunidade, promovendo recursos, serviços e talentos locais. Projeto finalizado em maio de 2012.

- **Projeto diversidade** - pensa na inclusão social como principal foco o desenvolvimento de jovens de baixa renda para ingressarem no mercado de trabalho. O projeto oferece aos seus integrantes cursinho pré-vestibular, faculdade, curso de idioma, bolsa-auxílio, estágio em ONGs, transporte, alimentação, livros didáticos e orientação por meio do Aquarela, Círculo de Leituras, Tutoria. A duração do programa varia de acordo com o tempo de duração da faculdade do jovem, geralmente de quatro a cinco anos.
- **Projeto Empresa Cidadã** - É um projeto que permite um investimento social direto por empresas, patrocinando turmas dos programas socioeducacionais: Primeiras Letras, Crê-Ser e Preparação para o Trabalho, investindo socialmente na melhoria da qualidade educacional de 6.300 crianças, adolescentes e jovens.

Números de atendimentos em 2012 e 2011 (dados não auditados):

Projetos sociais

	Atendimentos	2012	2011
Programa Crê-Ser	Turmas	106	112
	Educadores sociais	63	66
	Gestores	23	24
	Lideranças	20	24
	No. de usuários	2.928	3.059
	Famílias	1.974	2.340
	Atendimentos	2012	2011
Programa Preparação Para o Trabalho	Turmas	38	38
	Educadores Sociais	32	33
	Gestores	13	13
	Lideranças	13	13
	No. de Usuários	989	1.080
	Famílias	622	724
	Projeto Inserção de Jovens	472	664
	Atendimentos	2012	2011
Programa Primeiras Letras	Turmas	37	107
	Educadores sociais	67	108
	Coordenadores	8	13
	Líderes	4	12
	No. De usuários	851	1.901
	Famílias	698	1.796

	Atendimentos	2012	2011
Núcleo Cultura e Lazer	Educadores culturais	37	38
	Educadores sociais	162	207
	No. De usuários	4.768	5.591

Projetos complementares

	Atendimentos	2012	2011
FUMCAD	Geração - Usuários	3.917	-
	Assessoria Pedagógica - Educadores Sociais	-	207
	Desenvolvimento Comunitário - Líderes e Gestores	-	68
	Pingo - Educomunicação	2.175	2.175
	Cultura & Lazer	5.275	-

	Atendimentos	2012	2011
Projeto Diversidade	Universitários	2	3

	Atendimentos	2012	2011
Curso Profissionalizante	Curso de garçom/garçonete	109	60
	Curso de Técnicas de vendas e negociação	8	-

Composição das Despesas com Programas e Atividades 2012 e 2011:

	2012	2011
Despesas por programas sociais:		
Programa Crê-Ser	1.579	1.672
Programa Preparação Para o Trabalho	1.485	1.413
Programa Primeiras Letras	798	753
Núcleo Cultura e Lazer (Projeto Som, Ritmo e Movimento)	770	936
Projetos Complementares	<u>399</u>	<u>250</u>
	<u>5.031</u>	<u>5.024</u>

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos programas, projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de serviços e produtos.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

16 Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e seus dirigentes não são remunerados.

17 Contribuições e doações

	2012	2011
Empresa Cidadã-Manutenção	1.646	1.647
Contribuições Regulares	372	397
Desenvolvimento de Lideranças	666	415
Eventos e Parcerias	155	139
Nota Fiscal Paulista	877	618
Doações e editais	100	-
Marketing Relacionado a Causa	<u>35</u>	<u>11</u>
	<u>3.851</u>	<u>3.227</u>

18 Receita operacional líquida com vendas de cartões de Natal e brindes

	2012	2011
Receita bruta venda de produtos	2.308	2.024
Deduções da receita		
Devoluções de vendas	<u>(38)</u>	<u>(59)</u>
Receita operacional líquida de venda de produtos	<u>2.270</u>	<u>1.965</u>

19 Recursos com projetos incentivados

	2012	2011
Recursos recebidos pela lei Rouanet (i)	1.184	1.262
Recursos recebidos pelo FUMCAD (ii)	<u>1.390</u>	<u>1.055</u>
	<u>2.574</u>	<u>2.317</u>

- (i) A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura. As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Som Ritmo e Movimento, mencionado na nota explicativa 15.

- (ii) O FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apóiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade.

Os projetos que recebem esses recursos estão mencionados na nota explicativa 15 (Projetos complementares).

20 Custos dos produtos vendidos

	2012	2011
Despesas com Pessoal	401	387
Personalização de produto.	93	71
Matéria- Prima	42	38
Custo para gravação de imagem	10	10
Custo de aquisição de produtos para revenda	<u>869</u>	<u>668</u>
	<u>(1.415)</u>	<u>(1.174)</u>

21 Despesas com mobilização de recursos

As despesas com mobilização de recursos não constituem custo direto com a atividade fim da organização, pois contemplam as despesas operacionais do departamento responsável pelas atividades voltadas a obtenção de recursos.

	2012	2011
Despesa com pessoal	490	379
Despesas operacionais (i)	305	98
Despesas com marketing	<u>36</u>	<u>56</u>
	<u>831</u>	<u>533</u>

- (i) Incluem as despesas com relacionamento como o relatório institucional, telefonia, eventos.

22 Despesas administrativas

	2012	2011
Despesa com pessoal	601	576
Transporte e refeição	13	12
Serviços profissionais	48	51
Despesas com Locomoção	11	9
Material de Consumo	53	51
Alimentação de funcionários	25	17
Ocupação	50	47
Outras despesas Administrativas	<u>22</u>	<u>45</u>
Total de despesas administrativas	<u>823</u>	<u>808</u>

23 Despesas com vendas de produtos (cartões de Natal e brindes)

As despesas com vendas de cartões de Natal e brindes contemplam as despesas com televendas, catálogos, distribuição entre outras e não constituem custo direto com a atividade fim da organização.

	2012	2011
Despesas com pessoal	107	91
Despesas com catálogo e distribuição	408	328
Despesas com comunicação e telefonia	73	60
Representantes	48	-
Outras despesas	<u>22</u>	<u>11</u>
	<u>658</u>	<u>490</u>

24 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, sendo eles, contas a receber, outros créditos, outras contas a receber e fornecedores estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Valor justo

Não existe diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade estão classificados como Nível 2.

c. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2012	2011
Caixas e equivalentes de caixa	4	2.992	3.381
Recursos vinculados a projetos	5	2.038	1.766
Contas a receber	6	1.294	1.153
Outros créditos	7	<u>1.561</u>	<u>1.336</u>
		<u>7.885</u>	<u>7.636</u>

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

f. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

25 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias Seguradas (em Reais)
Incêndio de bens do imobilizado	2.500.000
Responsabilidade civil operações	200.000

Celso Luiz Teani de Freitas
Superintendente
CPF: 021.634.798-03

Celia Regina Arruda
Contadora
CRC 1SP173663-09